

DEPOSITO DE SUBSISTENCIA SANTO ANGELO/RS

Estudo Técnico Preliminar 51/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 64460.000992/2026-88

2. Descrição da necessidade

O Depósito de Subsistência de Santo Ângelo (D Subs Santo Ângelo), 3º Batalhão de Suprimento (3º B Sup) e Depósito de Subsistência de Santa Maria (D sUnecessitam atender às necessidades operacionais do Laboratório de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB) quanto às análises realizadas nos gêneros alimentícios do quantitativo de subsistência (QS) recebidos por este Órgão Provedor (OP). As análises laboratoriais, além de previstas nas legislações vigentes, são fundamentais para a garantia da segurança alimentar das Organizações Militares (OM) apoiadas, principal finalidade deste OP.

As análises realizadas pelo LIAB são baseadas no Catálogo de Alimentos do Exército Brasileiro, aprovado pela Portaria D Abst/COLOG/ C Ex Nº 158 - COLOG, de 02 de outubro de 2020, e nos Boletins Técnicos dos artigos do quantitativo de subsistência, aprovados e atualizados em 2024 pela Chefia de Suprimento.

Diante do exposto é imprescindível a aquisição de reagentes, vidrarias e equipamentos para que as análises sejam realizadas, afim de garantir a segurança e qualidade dos alimentos consumidos no Exército Brasileiro. Os bens são considerados “comuns” pois enquadram-se na classificação nos termos do inciso XIII, art. 6º, da Lei 14.133, de 2001, in verbis: “bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.” Para obtenção de tais vantagens e visando a agilidade na prestação do serviço supracitado, constata-se que a melhor modalidade para que seja licitado é por Pregão, na forma Eletrônica e “SRP”.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Integrante requisitante	Rita de Cássia Santos da Silva
Integrante administrativa	DIESSICA CARLOSSO BOFF
Integrante técnica	KAETILLYN ARAÚJO DINIZ DA SILVA

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A aquisição dos produtos se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico - Ata de Registro de Preço. O Sistema Registro de Preços para a aquisição dos produtos é regido sob os termos dos incisos I, II, III e IV do Art. 3º do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, e o Pregão Eletrônico sob a Lei 14.133/ 2021 e o Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019. A modalidade pretendida confere vantagens para administração pública, podendo ser adquiridos com previsão de entregas parceladas, com o propósito de evitar perdas e uso de materiais com o prazo de validade vencido ou quando o objeto por sua natureza for de uso indefinido, porém faz-se necessário um planejamento por parte dos gestores, afim de evitar tempestividade de aquisição em caráter emergencial.

O prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos, contados a partir da data de recebimento da nota de empenho ou da confirmação da leitura do e-mail cadastrado no SICAF, ou ainda confirmação do recebimento através de aplicativos de mensagens, em remessa única nos seguintes endereços:

- Depósito de Subsistência de Santo Ângelo (D Subs Santo Ângelo): Rua Tiradentes, nº 1388, Centro, Santo Ângelo, RS, CEP 98803-410;
- Depósito de Subsistência de Santa Maria (D Subs Santa Maria): Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 45, Nossa Senhora do Rosário, Santa Maria, RS, CEP: 97043-340;
- 3º Batalhão de Suprimento: Estrada de Morretes, s/nº, Morretes, Nova Santa Rita, RS, CEP: 92.480-000.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na proposta. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dias) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na entrega, os materiais deverão estar em perfeitas condições, em estrita observância dos termos do Edital das especificações do Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência e da proposta, acompanha dada respectiva nota fiscal detalhada. Todos os produtos entregues deverão ser de boa qualidade e não apresentar defeitos ou sinais de deterioração, e os que possuírem data de validade, devem apresentar validade vigente mínima de 80% (oitenta por cento).

É de responsabilidade da contratada a troca dos itens que, porventura, estejam fora dessas especificações e/ou prazo de garantia ou com embalagem violada ou danificada, independentemente do motivo alegado, sem ônus para a contratante.

A contratada obriga-se a responder pela quantidade e qualidade dos produtos, devendo suprir ou suprimir a quantidade, caso haja interesse da Administração, desde que esta comunique previamente, por escrito. Na hipótese de a verificação a que se refere os subitens anteriores não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Estudo Técnico Preliminar, no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os requisitos básicos para a contratação estão previstos no Termo de Referência.

Os reagentes ou materiais a serem adquiridos em alguns itens deverão atender aos critérios de sustentabilidade ambiental, contudo, os estudos poderão evoluir para a indicação de determinados critérios que não frustrem a competitividade e não onerem a administração.

No entanto, o Guia de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União - AGU orienta: Nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (artigo 7º, XI, da Lei nº 12.305, de 2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos), devendo ser observadas, ainda, as Instruções Normativas SLTI/MPOG ns. 01/2010 e 01/2014, bem como os atos normativos editados pelos órgãos de proteção ao meio ambiente.

Nesse sentido pode ser consultado o Guia Prático de Licitações Sustentáveis do CJU/SP para uma lista de objetos abrangidos por disposições normativas de caráter ambiental. Uma vez exigido qualquer requisito ambiental na especificação do objeto, deve ser prevista a forma de comprovação de seu respectivo cumprimento na fase de aceitação da proposta, por meio da apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por outro meio de prova que ateste que o bem fornecido atende às exigências (§1º do art. 5º da citada Instrução Normativa).

Os produtos recicláveis como embalagens e outros resultantes da prestação dos serviços deverão ser entregues no local apropriado para doação à cooperativa habilitada pelo Ibama nos termos da Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P).

Neste íterim, ao identificar nas soluções de mercado características que demandem exigências de critérios e práticas de sustentabilidade, serão tratados como especificações técnicas do objeto ou como obrigação da contratada. Visando a efetiva aplicação dos critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de Licitação promovidos pela Administração Pública, em atendimento ao art. 170 da CF/1988, ao art. 3º da Lei nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 12.349 de 2010, a Lei nº 12.187/2009 e art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI /MPOG, Decreto nº 7746/2012, determina-se a obrigação de que a(as) licitante(s) deverá(ão) apresentar Declaração de Sustentabilidade Ambiental conforme modelo constante neste documento e que deverá estar anexo à proposta de preços, sob pena de não aceitação da mesma.

Tal exigência visa atender aos dispositivos normativos acima enumerados, bem como estabelecer que a licitante deva implementar ações ambientais por meio de treinamento de seus empregados, pela conscientização de todos os envolvidos na prestação dos serviços, bem como cumprir as ações concretas apontadas especialmente nas obrigações da CONTRATADA, que se estenderão na gestão contratual, refletindo na responsabilidade da Administração no desempenho do papel de consumidor potencial e na responsabilidade ambiental e socioambiental entre as partes. Seguem abaixo algumas ações a serem adotadas pela licitante vencedora, como boas práticas na prestação dos serviços a serem desempenhados por intermédio de seus profissionais nas atividades diárias e também nas atividades empresariais:

- A otimização dos recursos materiais;
- A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias;
- Receber, da CONTRATANTE, informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente;
- Racionalização/ economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água;

Para o objeto que ora se pretende contratar não há necessidade de a contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas. São condições para alcançar os resultados esperados a contratação de pessoa jurídica com qualificação técnica comprovada.

5. Levantamento de Mercado

O presente levantamento de mercado tem por objetivo subsidiar a elaboração desse Estudo Técnico Preliminar para futura contratação, via pregão eletrônico, destinada à aquisição de equipamentos laboratoriais e reagentes químicos para atendimento das demandas operacionais, analíticas e de pesquisa dos Laboratórios de Inspeção de Alimentos e Bromatologia (LIAB) do Exército Brasileiro.

O mercado nacional apresenta ampla oferta de equipamentos laboratoriais e insumos químicos, com fornecedores especializados em soluções para laboratórios militares, universitários, hospitalares e industriais. Observa-se elevada competitividade entre fabricantes, distribuidores e representantes autorizados, possibilitando ampla disputa no certame e potencial economicidade para a Administração Pública.

O levantamento identificou fornecedores nacionais com atuação consolidada no setor laboratorial, destacando-se empresas com capacidade de fornecimento à Administração Pública, registro em órgãos reguladores e experiência em contratos governamentais.

Os produtos ofertados no mercado atendem, em sua maioria, às exigências técnicas estabelecidas por normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e normas técnicas aplicáveis aos equipamentos laboratoriais.

Verificou-se ainda que a estratégia de parcelamento da contratação por itens ou grupos tecnicamente compatíveis mostra-se viável e recomendável, ampliando a competitividade e favorecendo a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e distribuidores especializados, conforme princípios previstos na Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

A aquisição do material laboratorial se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico - SRP do tipo menor preço por item/grupo.

O Sistema Registro de Preços para a aquisição dos produtos nos termos dos incisos I, II e V do Art. 3º do Decreto 11.462, de 31 de março de 2023, a saber: quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes; quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa; ou quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

Essa forma de contratação torna-se mais vantajosa para a administração pública, pois os produtos podem ser adquiridos com previsão de entregas parceladas, com o propósito de evitar perdas e uso de materiais com o prazo de validade vencido, além de adequar o estoque às demandas da instituição.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

As estimativas quantitativas para a contratação de insumos para os laboratórios foram elaboradas com base nas demandas operacionais do LIAB do Depósito de Subsistência de Santo Ângelo e das UGs participantes, considerando o volume de análises laboratoriais realizadas e a emissão de laudos técnicos e os registros constantes no SISCOFIS.

Para levantamento das quantidades necessárias, foram observados o histórico de consumo de materiais, a rotina de execução das análises, a periodicidade dos ensaios laboratoriais e a necessidade para manutenção da capacidade operacional de cada laboratório, de modo a garantir a continuidade das atividades, evitar desabastecimento e assegurar o adequado atendimento das demandas técnicas do setor.

A demonstração e justificativa das quantidades solicitadas na IRP são de responsabilidade de cada UG participante, conforme sua necessidade operacional e demanda específica.

O termo de referência constará expressamente os quantitativos definidos por item para cada UG.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 960.840,70

Após a análise da pesquisa de preços, estima-se que a presente aquisição terá um valor de R\$ 960.840,70 (novecentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta reais e setenta centavos)

Foram atendidas as orientações da IN nº 65, de 7 de julho de 2021 para pesquisa e formação de preços de referência deste processo.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A licitação será realizada por itens, haja vista as particularidades do serviço e a intenção de alcançar o melhor valor para a Administração, além da busca pela realização de um processo licitatório que atenda da melhor maneira possível todos os princípios norteadores da Administração Pública.

Devido à necessidade de compatibilidade técnica, alguns itens foram agrupados, pois precisam ser da mesma marca, a fim de garantir padronização metodológica.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se verificam contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda no momento.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Os itens desta eventual contratação constam no Plano Anual de Contratação vigente do Depósito de Subsistência de Santo Ângelo (160426), Depósito de Subsistência de Santa Maria (160415) e 3º Batalhão de Suprimento (160368) lançadas no PGC.

Assim, demonstram o alinhamento entre a aquisição e o planejamento das Unidades Militares.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Com a aquisição dos itens elencados no termo de referência, espera-se os seguintes resultados:

- Permitir a realização das análises previstas pelos Boletins Técnicos da Chefia de Abastecimento nos artigos de subsistência recebidos pelo CL I do Depósito de Subsistência de Santo Ângelo;
- Adquirir de forma mais vantajosa para os Órgãos Provedores, que possuem Laboratórios de Inspeção de Alimentos e Bromatologia, materiais de consumo e permanentes que supram a necessidade e a demanda das análises realizadas pelos laboratórios. Assim, atendendo os requisitos ambientais e econômico-financeiros;
- Gerar economia para administração por se tratar de uma contratação centralizada para os Órgãos Provedores do Rio Grande do Sul que possuam LIAB.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbram necessidades de tomada de providências de adequações para possível contratação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

A futura contratação para aquisição de equipamentos laboratoriais e reagentes químicos destinados aos laboratórios do Exército Brasileiro poderá gerar impactos ambientais relacionados, principalmente, ao armazenamento, manuseio, utilização e descarte de produtos químicos, bem como ao consumo de energia elétrica e à geração de resíduos laboratoriais.

Entre os principais impactos potenciais identificados destacam-se: geração de resíduos químicos perigosos, descarte de embalagens contaminadas; risco de vazamentos e contaminação ambiental, consumo de energia por equipamentos laboratoriais, geração de resíduos sólidos laboratoriais, emissão eventual de vapores e efluentes químicos durante análises.

Entretanto, verificou-se que as Organizações Militares possuem contrato específico e vigente para coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos químicos laboratoriais, realizado por empresa especializada e licenciada pelos órgãos ambientais competentes, mitigando significativamente os riscos de contaminação ambiental decorrentes das atividades laboratoriais.

Além disso, os procedimentos internos do laboratório contemplam protocolos de segurança, segregação de resíduos, armazenamento temporário adequado e utilização de equipamentos de proteção coletiva e individual, observando normas ambientais e sanitárias aplicáveis.

Dessa forma, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são considerados controláveis e mitigáveis, especialmente em razão da existência de contrato especializado para gerenciamento de resíduos químicos e da adoção de práticas adequadas de gestão ambiental no âmbito do laboratório.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante das análises realizadas neste Estudo Técnico Preliminar (ETP), verifica-se que o objeto pretendido apresenta viabilidade técnica, operacional e administrativa para contratação, atendendo às necessidades da Administração, observados os requisitos legais, critérios de economicidade, eficiência e interesse público. Constatou-se, ainda, que a solução proposta é compatível com as demandas da unidade requisitante, havendo condições adequadas para sua execução e fiscalização.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RITA DE CASSIA SANTOS DA SILVA

Integrante requisitante



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 17:50:48.

KAETILLYN ARAUJO DINIZ DA SILVA

Integrante Técnica



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 18:42:42.

DIESSICA CARLOSSO BOFF

Integrante administrativa



Assinou eletronicamente em 12/05/2026 às 18:49:33.